

A dívida externa e o Japão

O ministro Bresser Pereira teve uma amarga experiência com os jornalistas norte-americanos, que, interpretando mal suas palavras, informaram que havia declarado que o secretário do Tesouro do governo Reagan aprovara sua proposta. A notícia deu ensejo à publicação de um comunicado desagradável por parte do sr. James Baker III. Receamos que o entusiasmo do sr. Bresser Pereira com as declarações do ministro das Finanças do Japão, sr. Klichy Miyazawa, o conduza a uma decepção ainda maior, pelo fato de interpretar ele uma proposição geral como alusão direta ao caso do Brasil.

É sempre perigoso ler alguma coisa pelo processo de leitura dinâmica, e mais ainda manchetes e títulos de jornal. A notícia de que "o Japão apóia Bresser" fez o ministro da Fazenda empolgar-se. Mas a leitura atenta daquelas declarações, e visualizada num contexto mais amplo, leva a adotar uma atitude mais comedida. O ministro japonês anunciou sua intenção de discutir na reunião anual do FMI o problema do endividamento de alguns países, que se tornou mais sério do que era há dois anos. Ponderou que são necessárias novas formas de abordagem e, tendo embora reconhecido que o Plano Baker tem seus atrativos, notou que até agora não desembocou numa solução concreta.

Convém lembrar que o Plano Ba-

ker inclui a intervenção do FMI no processo de renegociação, intervenção que foi, de imediato, repudiada pelo governo brasileiro. O ministro do Japão, ao salientar que estava "pensando alto", disse que estava atraído pela conversão da dívida em bônus de longo prazo, e que a "securitização" lhe parecia uma solução, desde que houvesse um organismo internacional (que poderia ser a Corporação Financeira Internacional, filiada ao Banco Mundial) para garantir tais títulos. Convém ressaltar também que não falou em desconto dos títulos nem no "valor de mercado" destes, e terminou dizendo que poderia talvez sugerir que se estudasse o problema na próxima reunião do FMI, acrescentando que a questão exige muito cuidado e que não se devem apressar as soluções.

Por sua vez, os bancos japoneses, que estão preocupados com a ameaça de rebaixamento dos créditos do Brasil, a definir-se no dia 30 do corrente, e que acarretaria, se concretizada, graves reflexos sobre a rentabilidade das instituições financeiras nipônicas (especialmente do *Bank of Tokyo*, que tem vultosos créditos com o Brasil, embora seja um banco pequeno, no contexto nacional), reagiram negativamente, ao que consta, à proposta brasileira de conversão da dívida em investimentos diretos. Ao mesmo tempo, advertiram que o Brasil teria de suspender a morató-

ria, ainda que para efetuar um pagamento meramente simbólico.

Por isso, parece-nos que se deve encarar sem empolgação o "apoio" do ministro do governo de Tóquio à proposta do Brasil. O governo japonês sabe que terá de ouvir em Washington, na próxima reunião anual do FMI, as críticas dos países industrializados, uma vez que continua acusando excessivo superávit na balança comercial, sem todavia dar sua contribuição para o saneamento das finanças internacionais. O próprio ministro das Finanças nipônico não nega que é muito difícil convencer seu povo de que cabe ao Japão um novo papel, por ser hoje um país superavitário. Há meses se anunciou que o Japão tencionava oferecer 40 bilhões de dólares como contribuição para ajudar a resolver o problema dos países endividados, mas até agora isso ficou na palavra. É interessante, naturalmente, que, em tese, se apóie a idéia da "securitização" da dívida. Quando se pensa, porém, em tornar realidade tal proposta, surgem as dificuldades.

O ministro Klichy Miyazawa cria já um primeiro obstáculo, quase intransponível, quando diz que seria preciso que um organismo como a Corporação Financeira Internacional oferecesse garantia para os *bonds* emitidos. Tal sugestão só seria aceitável se houvesse um grande aumento de capital da filial do Banco

Mundial (maior do que o do próprio Banco Mundial), por meio de mudança dos estatutos da instituição, o que parece muito difícil no presente contexto internacional, em que os Estados Unidos, principal acionista do Banco Mundial, não se mostram dispostos a transformar uma dívida privada em dívida internacional.

Se julgasse possível tal sistema, o ministro japonês deveria ter anunciado que o Japão está disposto a arcar sozinho com o financiamento desse fundo de garantias. Não parece ser esta sua intenção... É necessário, pois, manter toda a cautela diante de tal proposta, que não passa de uma idéia para animar um debate. Seria muito conveniente que o ministro apresentasse soluções novas para resolver o problema da dívida do Terceiro Mundo na reunião anual do FMI/Banco Mundial, visto que, até agora, os países industrializados fogem de uma análise mais séria. Mas, antes que tal fato se concretize, nosso governo não deve imaginar que recebeu apoio decisivo do Japão, mormente porque sabe que os bancos nipônicos estão mais interessados em ver o que lhes acontecerá no final do mês... Esperemos apenas que o governo de Tóquio não publique, a exemplo do sr. James Baker, um comunicado a respeito das esperanças infundadas do nosso ministro da Fazenda.